



# Caruana S.A. Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 07.882.656/0001-24

## Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos, para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos (Holding Caruana), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório do Auditor Independente. No exercício de 2021, a Holding Caruana apresentou prejuízo no montante de R\$ 4.242 mil (prejuízo de R\$ 18.484 mil, em 31 de dezembro de 2020). O prejuízo da Sociedade advém do resultado negativo

obtido por sua controlada – Caruana S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento – fruto de equivalência patrimonial, e de despesas com empréstimos. Conforme autorização societária (AGE datada de 15 de Dezembro de 2014), a Administração da Holding Caruana promoveu a 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, de 100 (cem) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única,

nominais e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, da espécie com garantia real dos dividendos futuros a serem distribuídos por sua controlada Caruana S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, todas com valor nominal unitário de R\$100 (cem mil reais), totalizando até R\$10.000 (dez milhões de reais). As subscrições das 100 (cem) debêntures ocorreram em 29 de janeiro e 23 de fevereiro de 2015, sendo 50 (cinquenta) em cada data e os recursos originários, conforme determinado na Escritura de Emissão Pública

de Debêntures, foram direcionadas, imediatamente, à capitalização da sua controlada (Caruana S/A Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento), sendo ambos aumentos de capital aprovados pelo Banco Central do Brasil. Referidas debêntures foram resgatadas pela Companhia emissora na data de 20/7/2020. São Paulo, 14 de abril de 2022.

### A Administração

Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota Explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>45</b>	<b>122</b>		
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>2</b>	<b>80</b>		
Carteira própria	4 e 5	2	80		
<b>Outros Créditos</b>	<b>6</b>	<b>43</b>	<b>42</b>		
Diversos		43	42		
<b>Não Circulante</b>		<b>111.819</b>	<b>113.244</b>		
<b>Investimentos</b>	<b>7</b>	<b>111.819</b>	<b>113.244</b>		
Participações em controladas		111.819	113.244		
<b>Total do ativo</b>		<b>111.864</b>	<b>113.366</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
Saldo em 31 de dezembro 2019	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízo Acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
Aumento de capital	64.217	2.051	21.247	–	87.515
Prejuízo do exercício	19.102	–	–	(18.484)	19.102
Destinações:					
Dividendos	–	–	(346)	–	(346)
Reserva especial de lucros	–	–	(18.484)	18.484	–
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>83.319</b>	<b>2.051</b>	<b>2.417</b>	<b>–</b>	<b>87.787</b>
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.242)	(4.242)
Reserva legal	–	(1.825)	(2.417)	4.242	–
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>83.319</b>	<b>226</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>83.545</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto Operacional** – Os objetivos estratégicos estabelecidos pela Administração e por seu Estatuto Social compreendem a participação como sócia ou acionista, única e exclusivamente, em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Atualmente, a Caruana S.A. Participação e Empreendimento (“Companhia”) detém participação de 99,63% na Caruana S.A. Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento. Devido à sua natureza de empresa-holding financeira, seus resultados são compostos, principalmente por equivalência patrimonial originária da participação nas empresas controladas.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – Em virtude da atuação exclusiva da Sociedade em atividades de holding financeira, suas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Desta forma a Sociedade, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; m) CPC 41 – Resultado por ação – Resultado, considerando o que foi aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 (parcialmente revogada) e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da Sociedade. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanco Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Não houve resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 14 de abril de 2022.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e

despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da elaboração das demonstrações dos fluxos de Caixa, caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 BACEN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: - títulos para negociação; - títulos disponíveis para venda; e - títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. **d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)** É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. **e) Investimentos:** Representam participações acionárias em controlada, atualizado pelo método de equivalência patrimonial. **f) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%. **g) Empréstimos e outras obrigações:** Os empréstimos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base mensal. Outras obrigações representam os dividendos a pagar aos acionistas em razão do lucro apurado no exercício e/ou provisões anteriores. **h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **i) Lucro (prejuízo) por ação:** O prejuízo por lote de mil ações em 2021 foi de R\$ 110,1576, (prejuízo por lote de mil ações de R\$ 479,9565 em 2020). Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa** – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2021	2020
Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)	2	80
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>80</b>

(i) Refere-se a aplicação de Letra de Câmbio com a Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, onde a taxa média utilizada é 99% do CDI.

**5. Títulos e Valores Mobiliários** – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos e valores mobiliários estavam apresentados como segue:

	Até 12 meses	Total	2021	2020
Títulos para negociação	2	2	80	80
Carteira Própria – Letra de Câmbio (i)	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>80</b>	<b>80</b>

(i) Refere-se à aplicação de Letra de Câmbio com a Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, onde a taxa média utilizada é 99% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a renda com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2 (R\$ 121 em 2020).

	2021	2020
IRPJ saldo negativo (i)	43	42
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>42</b>

(i) Valor a ser compensado no exercício de 2022

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Caruana S.A. – Participações e Empreendimentos

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Participações e Empreendimentos (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Participações e Empreendimentos em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Apresentação das demonstrações financeiras: Chamamos a atenção para a Nota nº 2 às demonstrações financeiras, que indica que a Sociedade elabora e apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, apesar de não ser uma instituição financeira. Tal fato é decorrente da Sociedade ter 99,63% de participação societária somente em instituição financeira. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

### Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota Explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>121</b>		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2	121		
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(2.740)</b>	<b>(1.475)</b>			
Operações de empréstimos e repasses	9	(2.619)	(1.190)		
Outras despesas de empréstimos e repasses		(121)	(33)		
Despesas de captação		–	(252)		
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>(2.738)</b>	<b>(1.354)</b>			
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>(1.504)</b>	<b>(17.130)</b>			
Outras despesas administrativas		(74)	(473)		
Despesas tributárias		–	(678)		
Resultado de participações em controladas	7	(1.430)	(16.614)		
Outras receitas operacionais		–	25		
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(18.484)</b>			
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Prejuízo e Participações</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(18.484)</b>			
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(18.484)</b>			
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações R\$	3i	(110,1576)	(479,9565)		
<b>Número de Ações – Média Ponderada</b>	<b>38.512.614</b>	<b>38.512.614</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Exercício 2021	Exercício 2020
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(18.484)</b>
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(18.484)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 7. Investimentos

	2021	2020
<b>31/12/2021</b>	<b>Buspays S.A.</b>	
Patrimônio Líquido	(5)	
Prejuízo do Exercício	(89)	
Perda de Capital em Controladas	(49)	
Percentual de Participação	99,00%	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(88)	
Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2021	–	
<b>Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento</b>		
Patrimônio Líquido	112.234	
Prejuízo do Exercício	(1.443)	
Percentual de Participação	99,63%	
Resultado de Equivalência Patrimonial (i)	(1.438)	
Valor do Investimento Baseado por Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2021	111.819	

(i) (i) Ajuste de equivalência patrimonial referente ao exercício de 2020 no montante de R\$ 96

	2021	2020
<b>31/12/2020</b>	<b>Buspays S.A.</b>	
Patrimônio Líquido	43	
Prejuízo do Exercício	(9)	
Aumento de Capital em Controladas	40	
Percentual de Participação	99,00%	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9)	
Valor do Investimento Baseado na Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2020	83	
<b>Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento</b>		
Patrimônio Líquido	113.677	
Prejuízo do Exercício	(16.597)	
Aumento de Capital	28.800	
Percentual de Participação	99,63%	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(16.605)	
Valor do Investimento por Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2020	113.161	

No exercício de 2018 constituiu-se a sociedade por ações, BUSPAY S.A., com sede na Avenida do Café, nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402, Vila Guarani, CEP 04311-900, Cidade de São Paulo-SP, a qual tem por objeto principal as atividades vinculadas aos serviços de empresa credenciadora e de outros serviços destinados a terceiros no ambiente de instituição de pagamento. Declaramos que, em conformidade com o Boletim de Subscrição, assinado por todos os subscritores das ações representativas da totalidade do Capital Social da nova companhia, sendo este de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (Cem mil) de Ações Ordinárias Nominativas, das quais a Caruana S.A. Participações e Empreendimentos subscreveu 99.000 (noventa e nove mil) Ações Ordinárias Nominativas, equivalentes a 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Conforme Lei nº 6.404 de 1976 (alterada pela Lei 11.638 de 2007), não é requerida apresentação de demonstrações financeiras consolidadas para as companhias que não sejam de capital aberto e o BACEN, até o momento, não aprovou o pronunciamento CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

**8. Emissão de Debêntures**

	2021	2020
Saldo Inicial	–	10.331
Pagamentos sobre Debêntures	–	(10.000)
Juros sobre liquidação de debêntures	–	(588)
Encargos	–	257
<b>Saldo Final</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

As debêntures emitidas contam com a cessão fiduciária do fluxo de dividendos declarados ou pagos por sua controlada – Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento – com pagamento de juros anuais (CDI + 1% ao ano) e teve o vencimento em 19 de julho de 2020, sem nenhuma obrigação em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**9. Transações com Partes Relacionadas** – As transações entre partes

### Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota Explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
<b>Prejuízo ajustado do exercício</b>		<b>(72)</b>	<b>(390)</b>		
Prejuízo do exercício		(4.242)	(18.484)		
Juros sobre emissão de debêntures	8	–	257		
Juros sobre empréstimos		2.740	1.223		
Resultado em participações em coligadas e controladas	7	1.430	16.614		
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>(1)</b>	<b>4.464</b>			
(Aumento)/Redução em outros créditos		(1)	495		
Aumento em outras obrigações		–	4.557		
Juros sobre liquidação de debêntures	8	–	(588)		
<b>Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(73)</b>	<b>4.074</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>					
Aumento de capital em Controlada		–	(28.840)		
Reversão de Investimento em Controlada		49	–		
Perda de Capital em Controlada		49	–		
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>98</b>	<b>(28.840)</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Empréstimos pagos		(4.097)	–		
Empréstimos captados		4.150	25.473		
Pagamentos sobre debêntures	8	–	(10.000)		
Dividendos pagos	13c	–	(346)		
Aumento de capital	13a	–			